



C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N E S

CONTRATO

“AQUISIÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO DE REABILITAÇÃO DO PAVILHÃO MUNICIPAL”

Nº 119/2019

Aos 22 dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezanove, no Edifício dos Paços do Concelho em Sines, foi celebrado o seguinte contrato de aquisição de serviços; -----

Entre: -----

O Município de Sines, pessoa coletiva de direito público número 502563010, com sede no Largo Ramos da Costa, 7520-159 Sines, representado neste ato, pelo Exmo. Sr. **Fernando Miguel Ramos**, na qualidade de Vice-Presidente da Câmara Municipal de Sines, no uso de competência delegada por despacho do Sr. Presidente datado de 1/11/2018, conforme previsto na Lei n.º 75/2013, de 12.09, como **primeiro outorgante**; -----

e, -----

PCG Consulplano – Viatúnel, Engenharia, SA., com o número de identificação fiscal 500 032 033, com sede na Avenida Almirante Gago Coutinho nº 74, Lisboa, neste ato representado pelo senhor **Paulo Bernardini Azenha**, na qualidade de representante legal, qualidade e poderes confirmados pela consulta da certidão permanente com o código de acesso número 0081-7110-4063, subscrita a 30.09.2008 e válida até 8/11/2020, como **segundo outorgante**; -----

É ajustado de boa fé o presente contrato, conforme despacho de adjudicação e de aprovação da respetiva minuta, datado de 19/11/2019, que se rege pelas seguintes cláusulas:-----



C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N E S

PRIMEIRA

Objeto

Apresente aquisição de serviços tem por objeto a **“Aquisição do projeto de execução de reabilitação do pavilhão municipal”**, nos termos definidos no Caderno de Encargos que serviram de base ao ajuste direto, Processo n.º 2019/300.10.005/1203, bem como na proposta do Segundo Outorgante, que fazem parte integrante do presente contrato.-----

SEGUNDA

Preço Contratual

Pela aquisição de serviços, o Primeiro Outorgante obriga-se a pagar ao Segundo Outorgante o preço de € 17500,00 (Dezassete mil e quinhentos euros). A este valor acresce o IVA, à taxa de 23%, no valor de € 4025,00 (Quatro mil e vinte e cinco euros), o que perfaz o valor global de € 21525,00 (Vinte e um mil, quinhentos e vinte e cinco euros).-----

Os valores mencionados anteriormente reportam-se ao preço para a execução de todas as prestações que constituem o objeto do presente contrato, e inclui todos os custos, encargos e responsabilidades que não estejam expressamente atribuídas ao Primeiro Outorgante. -----

TERCEIRA

Prazo de Execução do Contrato

O prazo de execução é de 50 (Cinquenta) dias, contados a partir da data de assinatura do contrato, e até ao cumprimento integral das obrigações emergentes do presente contrato. -----

QUARTA

Prestação de Caução

Encontra-se dispensada a prestação de caução. -----

QUINTA

Condições de Pagamento

As quantias devidas pelo Primeiro Outorgante serão pagas, de acordo com o estipulado nas Especificações Técnicas do Caderno de Encargos do procedimento de despesa que esteve na base do presente contrato, após a entrega das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e



C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N E S

devem ser acompanhadas de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência. -----

Caso as faturas apresentadas não sejam validadas pelo Primeiro Outorgante porque desconformes com o contrato, este comunicará tal decisão ao Segundo Outorgante, que deverá apresentar outras em sua substituição, devidamente corrigidas. -----

As faturas serão pagas preferencialmente por transferência bancária, devendo na faturação ser indicado o respetivo IBAN .-----

SEXTA

Gestor do Contrato

1. Para efeitos do disposto no artigo 290.º -A do Código dos Contratos Públicos é designado como gestor do contrato: -----

Nome: Pedro Martins na qualidade de Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão Estratégica. -----

Telefone Móvel: 914391239; -----

Telefone Fixo: 269 630072; -----

Email: pedro@mun-sines.pt ; -----

2. Caso ocorra circunstância superveniente que imponha a alteração do gestor do contrato a mesma será comunicada ao Segundo Outorgante, no prazo de 10 dias, por via postal registada com aviso de receção a qual será junta ao contrato; -----

3. O segundo Outorgante poderá manifestar-se quanto à designação referida no número anterior, sob a mesma formalidade que a da comunicação da designação, no prazo de 10 dias após o recebimento da notificação, que será apreciada em igual prazo e devidamente comunicada. -----

SÉTIMA

Prevalência

Fazem parte integrante deste contrato e cujo teor se dá por reproduzido: -----

a) Caderno de Encargos; -----

b) A proposta adjudicada; -----

Em caso de divergência entre os documentos referidos anteriormente, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados. -----



C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N E S

OITAVA

Cabimento/ Compromisso

A despesa resultante deste contrato encontra-se inscrita no orçamento em vigor, com a classificação orçamental 02/07010302, cabimento n.º 4154 e compromisso n.º 1951.

NONA

Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

DÉCIMA

Disposições Finais

No aqui omissos aplicam-se as disposições contidas no Código dos Contratos Públicos, Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação e demais legislação aplicável ao objeto do contrato. -----

Este contrato não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do preceituado no artigo 48.º da Lei n.º 98/97, de 26.08, na sua atual redação, conjugado com o artigo 164.º da Lei 114/2017, de 29 de dezembro. -----

Nos termos do artigo 127.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação, vai ser dada publicidade desta contratualização no portal da internet dedicado aos contratos públicos: www.base.gov.pt, advertindo-se as partes que esta publicitação é condição de eficácia do contrato. -----

Arquivam-se os seguintes documentos, válidos à data do contrato: -----

-Comprovativo de que a situação contributiva se encontra regularizada perante a Segurança Social –Declaração Emitida pela Segurança Social Direta a 21/11/2019 e válida por quatro meses. -----

-Comprovativo da situação tributária regularizada –Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Lisboa 8, a 21/11/2019, com validade de três meses. -----



C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N E S

O contrato encontra-se em conformidade e vai ser assinado pelos intervenientes. -----

Feito em duplicado, a 22 de novembro de 2019.

O Primeiro Outorgante

Fernando Miguel Ramos

O Segundo Outorgante

Paulo Bernardini Azenha